

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: CARACTERIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO TERRITÓRIO OESTE CATARINENSE (TOC)

Graciela Alves de Borba Novakowski
Rosana Maria Badalotti
Daiane Pavan
Cristiane Tonezer

RESUMO

O diálogo sobre economia solidária tem avançado, principalmente com o surgimento de diversos empreendimentos de economia solidária - EES que propõem um novo sistema de organização econômica, trabalho, partilha e melhorias na qualidade de vida. O presente artigo tem por objetivo apresentar as características dos empreendimentos de economia solidária existentes no Território Rural Oeste Catarinense. Esse artigo é resultado de estudo realizado nos dados da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES quanto ao mapeamento dos empreendimentos de economia solidária realizado no ano de 2007 e 2013. Os resultados apontam que os EES atuam em sua maioria na área rural, tendo como principal atividade economia a produção e comercialização de seus produtos e entre as motivações para iniciar o empreendimento estão questões relacionadas ao aumento ou complemento da renda familiar. Dos sócios e sócias 64% são agricultores familiares e utilizam-se dos produtos oriundos da agricultura para a comercialização no empreendimento. Os dados coletados são secundários retirados do atlas digital da economia solidária que dispõe do mapeamento realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES, finalizado em 2013. Os 90 empreendimentos de economia solidária, vem demonstrando um crescimento e uma diversidade de atuação, sendo relevantes para o território. Entende-se que a economia solidária possibilita o avanço em questões sociais, ambientais, culturais e econômicas no desenvolvimento territorial.

Palavras-chaves: Economia Solidária, Território Rural, Desenvolvimento Territorial.

INTRODUÇÃO

As considerações aqui apresentadas fundamentam-se na premissa de que a questão do desenvolvimento territorial rural está ligada à forma como o Estado atua no espaço nacional, ou seja, como se articulam as decisões públicas em todas as escalas da organização administrativa.

Em conceitos fundamentais à compreensão da definição de território, a caracterização da nova ruralidade e outras questões referentes ao enfoque territorial. A identificação do desenvolvimento rural com a intervenção do estado ou das agências de desenvolvimento trouxe como consequência, a falta de interesses de estudo sobre este tema por pesquisadores, já que o mesmo era entendido sob a esfera política e normativa fazendo com que os estudos rurais



não se preocupassem com o tema desenvolvimento rural, considerado como política de intervenção no meio rural.

O trabalho discorre sobre caracterização dos empreendimentos de economia solidária no território oeste catarinense (TOC)

Desenvolvimento rural no Brasil

Durante muito tempo, o desenvolvimento rural foi associado ao conjunto de ações do Estado e dos organismos internacionais destinadas as intervenções nas regiões rurais pobres que não conseguiam se integrar ao processo de modernização agrícola via substituição de fatores de produção considerados atrasados (NAVARRO, 2001).

Este foi teor da intervenção no meio rural do Brasil e de outros países na América Latina no período conhecido pela vigência da ideologia da “revolução verde”, que preconizava ações de intervenção dirigidas e orientadas, geralmente de caráter compensatório, as quais eram vistas como sendo a solução para os agricultores que não conseguiam se modernizar tecnologicamente nem integrar-se ao conjunto da economia através da indústria, comércio e serviços.

No período da expressão Revolução Verde¹, a expressão Revolução Verde criada em 1966, em uma conferência em Washington. Mas o processo de modernização agrícola que desencadeou a Revolução Verde ocorreu no final da década de 1940 (CERQUEIRA (2019).

No Brasil a Revolução Verde teve início no fim da década de 1960, resultando no período chamado “Milagre Econômico”. Na época, o país se tornou um produtor de larga escala e passou a exportar alimentos, em especial a soja.

Segundo Zamberlam e Froncheti (2001), os impactos ambientais, econômicos e sociais acarretados pela modernização da agricultura baseiam-se no uso intensivo dos pacotes tecnológicos, na mecanização do trabalho, na união entre agricultura e indústria, na seleção das espécies, na monocultura, no latifúndio e no consumismo desmedido, principalmente dos países desenvolvidos. Com relação à questão ambiental, pode-se destacar a erosão genética

¹ FRANCISCO, Wagner de Cerqueria e. "Revolução Verde"; *Brasil Escola*. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/revolucao-verde.htm>>. Acesso em 14 de março de 2019.



como sendo um dos processos de degradação provocado pela seleção das espécies e pelo desmatamento.

O processo de modernização na agricultura acentuou a extinção de espécies, tanto animais, quanto vegetais, por ter se dedicado a produtos, economicamente mais rentáveis. Estimativas realizadas pelo , mostram que a erosão genética, hoje, é de uma espécie a cada hora (ZANBERLAM; FRONCHETI, 2001).

Esse modelo surgiu com o propósito de aumentar a produção agrícola através do desenvolvimento de pesquisas em sementes, fertilização do solo e utilização de máquinas no campo que aumentassem a produtividade. Que se daria através do desenvolvimento de sementes adequadas para tipos específicos de solos e climas, adaptação do solo para o plantio e desenvolvimento de máquinas. Uma era exclusivamente agrícola, ou seja, somente o econômico era considerado importante. Outros fatores como o cultural, social, ambiental eram menosprezados.

No Brasil no ano de 2003, as políticas consideradas como a solução para as regiões atrasadas foram denominadas de políticas de “Desenvolvimento Rural Integrado” (PDRI) tendo como exemplo as ações de colonização e assentamento humano na Amazônia e as frentes e trabalho de combate à seca no Nordeste.

Considerando essa forte identificação do desenvolvimento rural com a agenda das ações de intervenção do Estado ou chamadas de agências de desenvolvimento, muitos pesquisadores acabaram se afastando deste tema, por considerar excessivamente político e normativo.

Foi a partir da década de 1990 que ocorreram transformações políticas e econômicas, as quais provocaram nos estudiosos e nos órgãos definidores das políticas, a necessidade de uma nova visão sobre o desenvolvimento rural.

As preocupações com o meio ambiente se caracterizam por ser um “renascimento rural” com o papel voltado para a agricultura familiar, além das crises sociais de emprego, todas elas com estreita relação com as transformações estruturais dos setores agrícolas e industriais nas sociedades modernas (WANDERLEY, 1997).

A visão sobre as estratégias de planejamento e desenvolvimento rural no Brasil vem se modificando fortemente desde a década de 1990. Um dos motivos para esta mudança de



concepção está associada principalmente à necessidade de envolver instituições, sociedade civil e poder público local no planejamento e formulação das políticas de desenvolvimento.

Também são inseridos no debate o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Local e Rural (LEADER)², instituído em 1991 este programa tinha como finalidade a reorientação de atividades econômicas com vistas a maximizar a retenção dos benefícios dentro do local e incentivar a participação nas decisões por parte dos atores sociais envolvidos, apresta uma abordagem europeia para apoiar projetos piloto nas zonas rurais. Dá aos territórios um ambiente propício ao surgimento de projetos coletivos e de qualidade através de uma abordagem ascendente (DELGADO e RODRÍGUEZ, 2005)

Em consonância com essa nova corrente de pensamento, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), expressou “novos desenvolvimentos nas frentes da democracia, em especial a descentralização e a participação cidadã [...], sobre as quais é possível construir nova etapa do desenvolvimento rural na região” (PERICO, 2005, p.15).

Essa nova fase resgata a abordagem territorial, numa referência aos limites espaciais das relações sócio-econômicas, políticas e culturais de um lugar, incorporando além dos elementos supracitados, a sustentabilidade econômica dos projetos, enfatizando-se a necessidade do uso racional e equilibrado dos recursos naturais (VEIGA, 2004).

A abordagem territorial tem como principal característica a combinação da proximidade social, que favorece a solidariedade e a cooperação, com a diversidade de atores sociais, melhorando a articulação dos serviços públicos, organizando melhor o acesso ao mercado interno, chegando até ao compartilhamento de uma identidade própria, que fortalece uma sólida base para a coesão social e territorial (MDA, 2005, p. 11)

O desenvolvimento territorial torna-se uma estratégia necessária a ascensão dos grupos historicamente excluídos, numa visão integradora do espaço, da sociedade, mercados e políticas públicas, tendo ainda na equidade, no respeito à diversidade, na justiça social, no sentimento de pertencimento cultural e na inclusão social metas fundamentais a serem atingidas e conquistadas, como ingredientes para alcançar uma maior coesão social e territorial (MDA, 2005b e 2005c)

Para Maluf (2001), a temática territorial permitiu a emergência, na definição de políticas públicas, de um discurso de revalorização do meio rural, antes negligenciado em ações de



desenvolvimento regional, que eram basicamente voltadas para a estruturação dos espaços urbanos. Neste caso, o meio rural deixa de ser entendido somente por suas características produtivas, e passa a ser valorizado também por seus aspectos sociais, culturais e ambientais, assim como o posicionamento contrário à dicotomia rural-urbano, que negligencia as relações sociais desenvolvidas na prática em decorrência dos diversos mecanismos de integração entre esses espaços.

De acordo com o extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2003), as políticas de desenvolvimento territorial devem levar em consideração as quatro dimensões elementares do desenvolvimento, quais sejam: (I) economia; (II) sociedade e cultura; (III) ambiente; e (IV) política e instituições, sendo necessário entender os processos de desenvolvimento como algo que envolve múltiplas dimensões, cada qual contribuindo de uma determinada maneira para o futuro e a sustentabilidade do território.

A partir dessas discussões para a formulação das políticas públicas federais, o Governo optou pelos recortes territoriais, no qual foi criado no ano de 1999 o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e em 2004 uma secretaria para tratar do assunto: a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT)

Esta secretaria agiu no sentido de desenvolver estratégias de integração de instrumentos complementares à função produtiva dos territórios, e assim estimular o dinamismo entre governo estadual, municipal, e sociedade em geral (MDA, 2005).

No Brasil, o debate sobre a abordagem territorial e o fortalecimento das potencialidades locais vem avançando nos últimos oito anos, considerando o território como unidade básica para a gestão das políticas públicas. De acordo com a SENAES (2015), trata-se do território como um conceito que vai além do espaço físico: envolve o social, o cultural, o ambiental e o econômico.

No Governo Federal, coube à Secretaria do Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA) a tarefa de planejar e coordenar a constituição dos Territórios de Identidade, pela compreensão do conjunto de limites da escala municipal para impulsionar processos de desenvolvimento e a dificuldade de envolvimento de um maior conjunto de atores na escala estadual.

Uma das estratégias da SDT/MDA era promover a articulação e integração entre as diversas políticas públicas dos diferentes órgãos e instituições públicas dos três níveis de



governo (federal, estadual e municipal) que envolvem diferentes organizações e segmentos sociais dos territórios, dentre as quais se destaca a SENAES, que atua no fortalecimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). É através do Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) que a SDT estabelece uma comunicação entre a Economia Solidária e a agricultura familiar (MTE, 2012).

O trabalho com os Territórios Rurais se desdobra a partir da elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), o qual tem a finalidade de promover o desenvolvimento com igualdade, inclusão, coordenado por um Colegiado Territorial (CODETER), de acordo com as diretrizes das políticas públicas do Governo Federal (PTDRS, 2010).

Os Conselhos de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável (CODETER) foram criados visando fortalecer e garantir o processo de gestão social dos territórios rurais, formados paritariamente por representantes do poder público local e sociedade civil. Estes constituem-se como as instâncias maiores de deliberação no território, com o objetivo principal de compartilhar o poder de decisão e “empoderar” os atores sociais no sentido de desenvolver a capacidade e habilidades coletivas de transformar a realidade.

É possível perceber que, na história do Território Oeste Catarinense (TOC), com a sua colonização houveram a perda de uma grande riqueza cultural e fragilidade no sentimento de pertencimento. Além de o processo de colonização não ter sido realizado de forma justa e igualitária, com a forte presença da agroindústria a qual tirou a autonomia dos agricultores em suas próprias terras, pela implantação de sistemas de produção controlados, desqualificação de um saber historicamente construído em sistemas produtivos diversificados

A Economia Solidária é incluída na pauta dos territórios rurais pela proximidade quanto aos seus princípios de autogestão, democracia, solidariedade, cooperação, respeito à natureza, comércio justo e consumo solidário e proximidade com o público da agricultura familiar comum e o alinhamento dessas políticas públicas.

Desenvolvimento Territorial e Articulação de Políticas Públicas

Reconhecer o caráter plural do desenvolvimento territorial rural, no que se refere ao crescimento econômico, justiça e equidade social, estabilidade política e institucional e



sustentabilidade ambiental, é fundamental para compreender o estabelecimento de estratégias viáveis para o desenvolvimento e dinamização das economias territoriais.

Em um processo de desenvolvimento econômico e social a nível territorial, a geração de riquezas e sua distribuição de forma mais equilibrada são as principais perspectivas a serem alcançadas de forma sustentada ao longo do tempo.

Segundo Abramovay (2003, p.47), o desenvolvimento territorial supõe uma lógica de atribuição de recursos públicos a partir do julgamento da qualidade dos projetos apresentados e não apenas das necessidades sociais das localidades e comunidades.

Nos territórios – urbanos ou rurais – que podem ser implantadas políticas voltadas a mobilizar as energias necessárias para que a pobreza seja significativamente reduzida, por meio do fortalecimento do empreendedorismo de pequeno porte. A vitória sobre a pobreza depende, antes de tudo, do aumento das capacidades produtivas e da inserção em mercados dinâmicos e competitivos das milhões de famílias cuja reprodução social se origina em seu trabalho por conta própria.

Abramovay (2003) destaca ainda que o desafio fundamental das políticas públicas de desenvolvimento territorial é melhorar as capacidades produtivas e as condições de acesso aos mercados dos empreendedores de pequeno porte. O objetivo básico seria estimular um ambiente em que a cooperação social localizada abra caminho para inovações tecnológicas e organizacionais que ampliem o poder competitivo dos que hoje se encontram em situação de pobreza. A contribuição deve com a implantação de um ambiente inovador que se traduza na aquisição de novas competências produtivas e organizacionais por parte dos agricultores, para que isso lhes permita uma maior inserção em mercados mais dinâmicos e competitivos.

Para Singer (2004), essa perspectiva de desenvolvimento deve perpassar por um planejamento que possibilite aos seus residentes a obtenção de bens e serviços produzidos fora dela. Para isso é necessário que haja uma produção interna suficiente e que alcance bons preços de mercado. Estabelecer quais mercadorias produzir de acordo com as potencialidades da comunidade é a primeira etapa desse planejamento.

O encadeamento dos vários ramos produtivos no território é um fator imprescindível para permitir a participação de todos, além de garantir o surgimento de novas demandas com o aquecimento do mercado interno. A coletividade também é um elemento importante em um



projeto de desenvolvimento territorial, pois permite uma maior participação dos atores nas tomadas de decisão e permite uma distribuição social do produto mais igualitária.

Singer (2004) ressaltou ainda que a economia de mercado possui sua própria dinâmica de funcionamento, o que pode vir a retardar a prosperidade de alguns projetos ou até mesmo inviabilizá-los. Entretanto, não é recomendável queimar ou abreviar as etapas estabelecidas para o desenvolvimento, pois todas as experiências, boas ou ruins, contribuem para um maior acúmulo por parte da população envolvida quanto à discussão de alternativas e a tomada de decisões democraticamente. Esses aprendizados são imprescindíveis para que o processo de desenvolvimento não se degenera, com a perda de seu caráter democrático e solidário.

Na definição de fundamentos para o processo de desenvolvimento rural, a valorização e o fortalecimento da agricultura familiar, com vistas à diversificação das atividades produtivas, o estímulo ao empreendedorismo e a formação de arranjos institucionais locais, são elementos apontados por Veiga (2002) como fundamentais.

Estudos têm demonstrado o aumento da importância das atividades não-agrícolas desenvolvidas em áreas rurais (GRAZIANO DA SILVA, 1999). O reconhecimento de diversas articulações no meio rural com outros tipos de atividades é apontado por Perico (2005, p.62) como um dos principais avanços para a formulação de instrumentos de políticas de desenvolvimento rural.

Portanto, o desenvolvimento territorial rural pode ser entendido como um processo de mudança social, político, econômico e cultural voltado para uma valorização das atividades locais, distribuição de renda justa e erradicação da pobreza, buscando alcançar uma melhoria do padrão de vida da população, satisfazendo-a em suas necessidades humanas básicas e respeitando os preceitos de sustentabilidade ambiental. Um desenvolvimento rural harmônico e eficiente é garantia para que nossas sociedades consigam superar os desequilíbrios regionais que ameaçam a governabilidade e a estabilidade político-institucional.

No entanto, identifica-se que grande são os desafios para a continuidade da política de desenvolvimento territorial, neste caso precisamos identificar esses desafios concretos do território e de se pensar no desenvolvimento territorial, pois como foi uma política de governo não deu sequência aos planos estabelecidos, ou seja, hoje não está presente no TOC e as articulações, planejamento seguem sem poder definir de fato quais serão as próximas ações no TOC e se de fato terão este suporte.



Metodologia

O presente estudo possui abordagem qualitativa, uma vez que não se fez uso de técnicas quantitativas para análise dos dados. Quanto aos fins, pode ser classificado como exploratório, pois permite ao pesquisador intensificar sua experiência em torno da problemática (TRIVIÑOS, 2009), e como descritivo, pois descreve características de determinado fenômeno ou população, estabelecendo relação entre as variáveis (GIL, 2002).

Quanto aos meios a pesquisa pode ser classificada em bibliográfica e documental, considerando a literatura existente sobre o tema e os documentos formalizados e que estão a disposição para serem utilizados. Para Gil (2002) uma das principais características desse tipo de pesquisa é o fato de permitir ao pesquisador uma cobertura ampla dos inúmeros fatos e dados que não precisam ser pesquisados diretamente.

Buscando compreender e identificar algumas características dos empreendimentos econômico solidários no território Oeste Catarinense, realizamos levantamento documental, no banco de dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária realizado em 2007 e 2013.

A definição do Rural como Território

A abordagem territorial para o planejamento de políticas e estratégias de desenvolvimento rural deriva, entre outras coisas, da necessidade de se adotar concepções inovadoras para enfrentar problemas, que mesmo diante dos avanços conseguidos, ainda atingem em grande escala algumas regiões e grupos sociais. Ela objetiva incorporar nessas políticas tanto as condições naturais, geográficas e culturais quanto às condições sociais que ali se assentam. Essa visão possui um enfoque essencialmente integrador de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas de intervenção (PERICO, 2005).

Segundo Guanzirolli (2006), o termo território apresenta várias nuances, e por isso não está limitado apenas espaço físico; território é uma construção social. Parte-se dessa concepção duas noções. A primeira é a de que território é também valor, poder, é o “espaço de



poder instituído”. A segunda noção sobre território assimila a ideia de tê-lo como “espaço das identidades”, dirigindo-se assim ao conceito de região.

Para Raffestin (1993, p.59-60) “o território é um trunfo particular, recurso e entrave, continente e conteúdo, tudo ao mesmo tempo. O território é o espaço político por excelência, o campo da ação dos trunfos”.

Sendo o território definido por suas relações sociais, surgem a partir dessa ideia duas alternativas de “territorialização”: uma econômica, com ênfase na competitividade do território, e uma institucional, que sugere a interação dos atores locais entre si e com agentes externos.

Haesbaert (2004, p.235) define o território ou os processos de territorialização sendo “fruto da interação entre relações sociais e controle de/pelo espaço, relações de poder em sentido amplo, ao mesmo tempo de forma mais concreta (dominação) e mais simbólica (um tipo de apropriação)”.

Observa-se que a construção ou definição do conceito de território, se constrói por meio do trabalho e da sua relação humana, onde cada território é particular, mas apresenta múltiplas configurações e determinantes através de aspectos econômicos, culturais, sociais, simbólicos etc.

De acordo com o documento produzido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2005), o desenvolvimento rural, pensado de forma sustentável, teve como meta principal estimular e favorecer a coesão social e territorial das regiões e dos países onde ela foi empregada como “elemento harmonizador” dos processos de ordenamento (regulação descendente), e de desenvolvimento (reação descendente), das sociedades nacionais. Nesta direção, o conceito de território adotado pelo MDA se caracteriza como:

[...] um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. (BRASIL, MDA, 2005, p.28)

Schneider (2003) destacou a importância do enfoque territorial como uma nova unidade de referência para a atuação do Estado e a regulação das políticas públicas, onde o Estado



percebe a necessidade de responder às fortes críticas em relação à ineficácia e ineficiência de suas ações.

Neste cenário, ganha destaque as iniciativas como a descentralização das políticas públicas, a valorização da participação dos atores da sociedade civil, especialmente ONGs e os próprios beneficiários, a redefinição do papel das instituições e do poder público, notadamente as prefeituras locais e os atores da sociedade civil. Contudo, para acionar e tornar efetivas as relações do Estado central com os organismos locais é preciso prever e forjar uma nova unidade de referência, que passa a ser o território e, conseqüentemente, o desenvolvimento territorial (SCHNEIDER, 2003, p. 9).

Perico (2005) enfatizou outros elementos fundamentais em que se apoia a construção das estruturas sociais dos territórios, tais como a cultura e a história. Segundo ele, os assentamentos humanos rurais e, particularmente, as comunidades indígenas e quilombolas que ainda existem no Brasil, contam com a tradição e a história que enriquecem seu capital social. Há uma maior valorização desses elementos, como fortes eixos na construção de sociedades e processos dinâmicos de desenvolvimento. Segundo o autor:

A tradição e a história constroem e alimentam a cultura, que, mais que folclore e arte, constitui forma essencial de riqueza social, que estabelece regras, estruturas de ordem ética e moral, visão cósmica, linguagem, códigos, símbolos e valores que permitem as relações entre os diversos componentes da sociedade e geram sentimentos de pertinência ao próprio grupo cultural, definindo fatores chave para a viabilidade e a sustentabilidade das organizações sociais (PERICO, 2005, p. 34-35).

A proposta de se visualizar uma *nova ruralidade* apresenta-se sob uma perspectiva diferente daquelas predominantes em estratégias de políticas de desenvolvimento rural por parte dos diversos governos e organismos internacionais. Ela busca avançar por instrumentos que potencializem a gestão de instituições e governos, permitindo assim o surgimento de novos debates da inclusão diante da exclusão, da equidade diante das desigualdades sociais étnicas e de gênero e da “valorização dos espaços rurais como complementariedade do urbano”. Para isso, é fundamental “estabelecer os fatores que podem convergir para a ampliação das oportunidades e esperanças das sociedades rurais” (PERICO, 2005).

A abordagem territorial possui, portanto, fundamental importância nesse processo, principalmente na definição de políticas públicas e ações específicas. Isso ocorre porque cada



localidade ou território caracteriza-se por uma determinada estrutura produtiva, um mercado de trabalho, um sistema produtivo, uma capacidade empresarial e de conhecimento tecnológico, uma dotação de recursos naturais e infra-estruturais, um sistema social e político, uma tradição e cultura, sobre os quais se articulam os processos de crescimento econômico local (CEPAL, 2000, p. 5).

Economia Solidária: Sistema Nacional de Informações - SIES

No Brasil, as primeiras cooperativas surgiram nas lutas do movimento operário do fim do século XIX e início do século XX, mas logo mudaram sua trajetória, como ocorreu em quase todas as regiões sob domínio capitalista, afastando-se do movimento sindical e dos partidos de orientação socialista e adequando-se às regras do sistema – passaram a reproduzir as mesmas contradições dos grandes empresas capitalistas (ARNS, 2010). Ao longo das décadas de 80 e 90, ainda sem utilizar esse nome, surgiu o movimento de Economia Solidária no Brasil, resultado do movimento social e sindical em resposta ao desemprego estrutural das políticas neoliberais (FAVARIN, 2010).

Foi no ano de 1996 que o economista e sociólogo Paul Singer utilizou a expressão “Economia Solidária”, organizou debates sobre a temática, caracterizando-a como um conjunto de experiências inovadoras entre as cooperativas, associações e incontáveis organizações informais de cooperação. Essa prática passou, então, a ser articulada com diversos atores: organizações sindicais, ONGs, organizações religiosas, grupos acadêmicos em universidades, gestores públicos, entre outros, buscando a formação de redes de trabalho e espaços de diálogos.

No ano de 2002, na cidade de Porto Alegre, durante o I Fórum Social Mundial (I FSM), foi constituído o Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GT – Brasileiro), formado por representantes dos movimentos dos Trabalhadores organizados nas Centrais Sindicais, dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), da Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias e de Participação Acionária (ANTEAG), das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), da Igreja Católica, e de outras organizações. Com a visão de um modelo sustentável, a Economia Solidária passou a ser considerada uma



nova forma de geração de trabalho, distribuição de renda e constituição de organizações geridas pelos trabalhadores.

Em 2003, a Economia Solidária (ES) tornou-se parte da agenda nacional, com a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e a constituição da Secretaria Nacional de Economia Solidária SENAES pelo Governo Federal. A partir daquele momento, a ES passou a ser incluída nas ações de políticas públicas, entendida naquele contexto apenas como uma alternativa para a geração de trabalho e renda (SINGER, 2002).

Dentre o conjunto das demandas no campo da ES, surgiu à necessidade de obter informações sobre os empreendimentos existentes no País, para o que foi criado o Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária (SIES), um banco de dados nacional, alimentado por um processo de levantamento de informações através de mapeamento.

Em 2005 e 2006, foi realizado o 1º mapeamento sobre a Economia Solidária no Brasil, publicado em 2007; em 2010 e 2011, foi realizado o 2º mapeamento, publicado em 2013, após este período não foi realizada novas pesquisas.

A metodologia do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), prevê a realização de dois processos de coleta de informações, designados como Fase I (identificação e listagem) e Fase II (coleta de informações com visitas aos empreendimentos econômicos solidários e alimentação da base de dados informatizada do Sistema)³.

A partir de editais e chamadas públicas, foi possível que entidades e grupos da sociedade civil organizada desenvolvessem ações com os Empreendimentos Econômicos Solidários - EES, bem como a instituição de políticas públicas para consolidar a agenda política das três esferas de governo (SENAES, 2015).

As ações da Economia Solidária proporcionaram o envolvimento e a participação de diferentes atores junto aos EES, possibilitaram um fortalecimento das potencialidades locais, ou seja, o desenvolvimento endógeno e a consolidação do Território oeste Catarinense.

RESULTADOS

³ Fonte:

http://fbes.org.br/wpcontent/uploads/Acervo/Publica%C3%A7%C3%B5es/guia_de_orientacao_e_procedimento_do_sies.pdf, acesso em 02 de fevereiro de 2019.

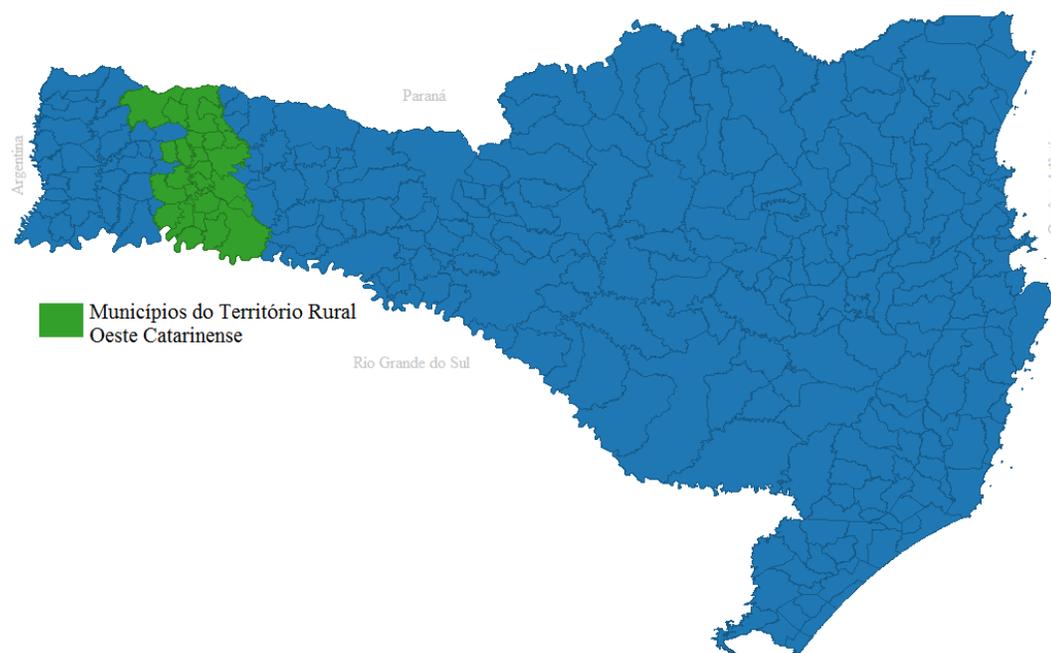


O Estado de Santa Catarina, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), possui um território de 95.703,487 km², que representa 1,12% do território nacional, com uma população de 6.248.436 de habitantes em 2010, dos quais 5.247.913 (83,99%) se encontram na área urbana, e 1.000.523 (16,01%), na área rural. Se diferencia de outras unidades da Federação pela grande diversidade de ecossistemas, processos de ocupação territorial, composição étnico-cultural e sistemas produtivos.

No estado, foram constituídos 11 territórios rurais; dentre estes, o Território Oeste Catarinense (TOC), situado entre os Territórios do Meio Oeste Contestado e do Extremo Oeste, que juntos, integram a Mesorregião Oeste de Santa Catarina, conforme divisão regional do IBGE. O TOC está composto por vinte e cinco municípios.

O Território Rural Oeste Catarinense é composto por vinte e cinco municípios situados entre os territórios do Meio Oeste Contestado, do Extremo Oeste compondo a região da Grande Fronteira do MERCOSUL. Possui uma população de 324.594 habitantes e uma densidade demográfica de 75,7 habitantes Km² (SDT, 2010).

Figura 01 – Mapa de Localização do Território Rural Oeste Catarinense



Fonte: Elaboração própria, 2015



O TOC é caracterizado como um território rural, pois significativa parcela de sua população vive no espaço rural e depende economicamente das atividades ligadas a agricultura familiar diversificada e pelas agroindústrias com destaque à produção de suínos e aves.

Esse território sofreu com o grande êxodo rural, especialmente nos anos de 1970 e 1980, e segue perdendo gradativamente sua população rural para municípios médios da região, para outras regiões do estado e para outros estados do País, com a constante migração da população rural jovem, especialmente do sexo feminino, estimulada pela forte atração dos espaços urbanos e perda da autonomia do campesinato diante do sistema integrado de subordinação à agroindústria (SILVESTRO, 2001).

Objetivando caracterizar o perfil da economia solidária no TOC, e mais especificamente as características dos empreendimentos com atuação nas áreas rurais, na sequência apresentam-se os dados extraídos do Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária.

No primeiro mapeamento do SIES, foram cadastrados 19.708 EES em todo o País: 16,7% (3.292 EES) se localizavam no sul do Brasil (PR, SC, RS), sendo 23,27% (766 EES) no estado de Santa Catarina. Por sua vez, o TOC contava, no período do levantamento, com 11,75% do número total de EES de SC. De acordo com a Tabela 2, no mapeamento publicado em 2007, o território possuía 100 EES; já no mapeamento divulgado em 2013, foram localizados 90 EES.

De acordo com os dados do mapeamento de 2013, no TOC os EES apresentam, em média, 39 sócios, enquanto que em SC a média de sócios ficou em 182. Esta diferenciação, na média de número de sócios, no caso dos EES localizados no Território Oeste Catarinense, está relacionada à natureza e forma de organização dos tipos de empreendimentos que se caracterizam como rurais. .

Identifica-se uma mudança de comportamento entre os dados dos dois levantamentos do SIES para os EES do estado e do território: em 2007, havia uma distribuição mais equilibrada entre os EES: 36%, 30% e 34% no estado e 34%, 31% e 35% dos EES no TOC atuavam na área rural, urbana e rural/urbana, respectivamente; em 2013, a distribuição ficou em 56%, 25%, 19% no estado e 50%, 24%, 26% dos EES no território com atuação na área rural, urbana e rural/urbana, respectivamente.



Esta ampliação dos EES com atuação na área rural pode estar relacionado à força da participação da agricultura familiar em sua diversidade e versatilidade na geração de trabalho e renda no estado e no território.

Tabela 2 - Síntese comparativa de características dos EES do TOC e de SC entre os levantamentos do SIES de 2007 e 2013

CATEGORIAS/CARACTERÍSTICAS DOS EES	Território Oeste Catarinense		Estado de Santa Catarina	
	2007	2013	2007	2013
Ano	2007	2013	2007	2013
QUANTIDADE DE EES	100	90	690	766
Número de sócios homens	-	2.228	-	91.853
Número de sócias mulheres	-	1.306	-	46.183
ÁREA DE ATUAÇÃO				
Rural	34%	50%	36%	56%
Urbana	31%	24%	30%	25%
Rural e urbana	35%	26%	34%	19%
FORMA DE ORGANIZAÇÃO				
Grupo informal	14%	17%	17%	31%
Associação	49%	43%	50%	43%
Cooperativa	34%	39%	30%	25%
Sociedade mercantil	3%	1%	3%	1%
MOTIVAÇÃO PARA INICIAR				
Uma alternativa ao desemprego	17%	17%	10%	8%
Obter maiores ganhos em um empreendimento associativo	33%	33%	27%	17%
Uma fonte complementar de renda para os associados	23%	23%	14%	21%
Desenvolver uma atividade em que todos são donos	1%	1%	10%	16%
Condição exigida para ter acesso a financiamentos e outros apoios	4%	4%	4%	3%
Motivação social, filantrópica e religiosa	4%	4%	5%	4%
Desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades	4%	1%	6%	10%
Alternativa organizativa e de qualificação	9%	9%	19%	8%
Outros (não citam motivos) (1)	8%	8%	5%	13%
PARA QUEM É FEITA A COMERCIALIZAÇÃO				
Venda direta ao consumidor final	76%	59%	63%	43%
Venda a revendedores e atacadistas	20%	22%	26%	25%
Venda a órgão governamental	4%	13%	5%	12%
Venda para empresas privadas de produção (2)	-	8%	-	9%
Venda ou troca com outros EES	8%	5%	1%	2%
Outros (3)	-	-	5%	4%

Fonte: elaboração das autoras, com base no banco de dados do SIES (2007, 2013).



O TOC se caracteriza por apresentar duas realidades muito distintas: uma constituída pela maioria de pequenos municípios, muitos deles localizados distantes com pouca estrutura, recursos e fortemente dependentes do setor agropecuário; outra, constituída por um município polo, Chapecó, que concentra mais de 50% da população do território, fortemente urbanizado, pois mais de 90% da sua população se encontra no espaço urbano.

A identidade do Território Oeste Catarinense ligada a valorização dos saberes locais e ao desenvolvimento endógeno ainda é um processo em construção quem vem sendo apoiado via Políticas Públicas.

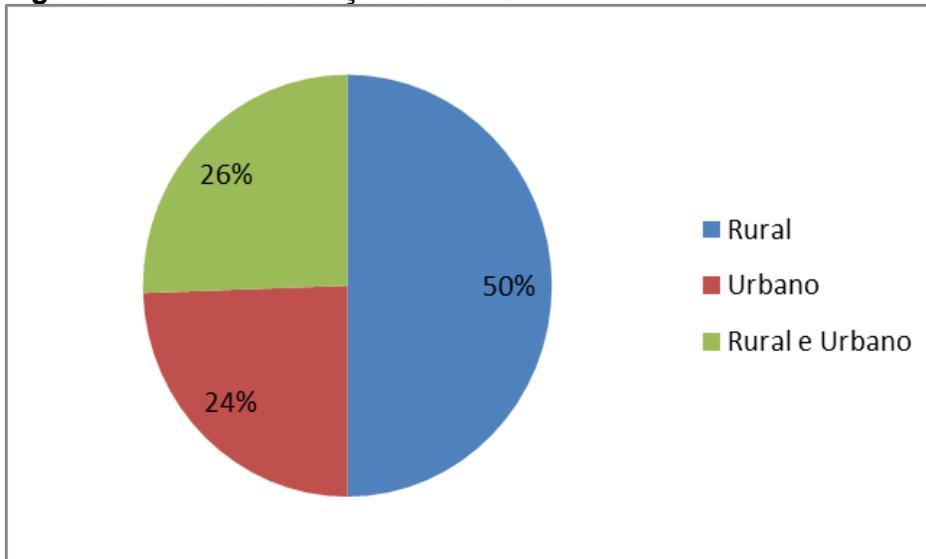
Com relação a área de atuação dos empreendimentos mapeados, a **figura 01** indica que apenas 24% possuem área de atuação essencialmente urbana. Outros 50% atuam somente nas áreas rurais e 26% desenvolvem atividades tanto nas áreas rurais quanto nas urbanas. Tais dados reforçam o território como sendo rural e a ligação com a agricultura familiar e os EES.

De acordo com Motta,

Não é exagero propor que a economia solidária seja condição necessária para lidar com os diversos problemas enfrentados por agricultores(as) familiares. A integração da agricultura familiar com a economia solidária, mais que soluções de pequena escala, pode ser uma alternativa de desenvolvimento mais saudável para o país, tanto em termos econômicos como sociais e culturais, entre campo e cidade (2007, p. 84).

A Economia Solidária propicia, para a agricultura familiar, uma nova alternativa tendo em vista sair da dependência de grandes cadeias produtivas que os fazem subordinados de decisões e diretrizes as quais não podem opinar.

Figura 01 – Área de atuação dos EES

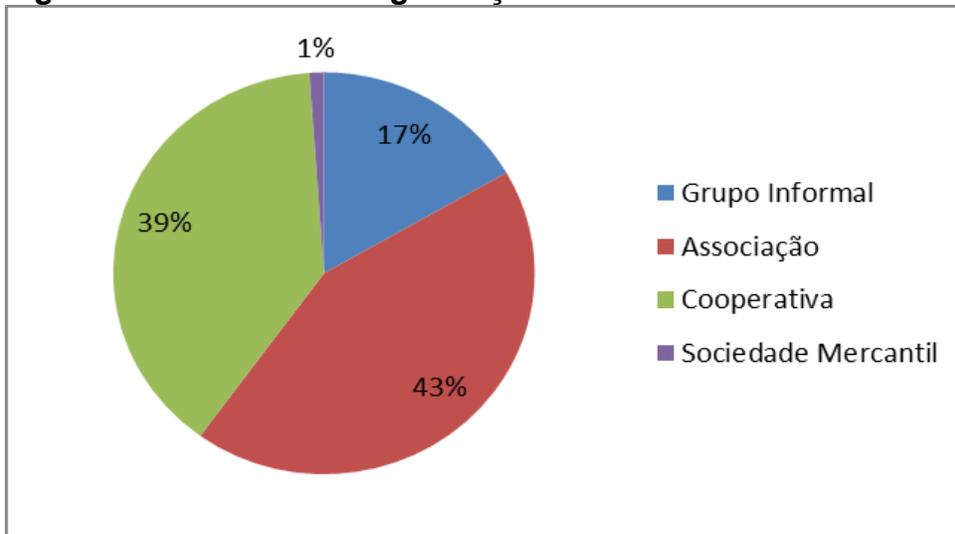


Fonte: Elaboração própria, 2018

Em geral os grupos surgem como informais e após algum tempo, consolidam suas organizações em associações e ou cooperativas. Diversos empreendimentos também permanecem um período como associação e passam a ser cooperativa, atraídos principalmente pelo acesso ao crédito.

Verificou-se, conforme figura 2 a seguinte forma de organização dos EES: em associações 43%; em cooperativas 39%; em grupos informais 17%; e na Sociedade Mercantil 1%. A porcentagem de grupos informais é significativa o que nos leva a crer que são grupos que estão iniciando suas atividades como economia solidária e até o momento não definiram qual será a melhor opção de formalização.

Figura 02 – Formas de Organização dos EES



Fonte: Elaboração própria, 2018

A economia solidária no TOC teve uma redução no número de EES do mapeamento de 2007 para o de 2013, embora tenha sido registrado significativo aumento em Santa Catarina. Fica evidente que a Economia Solidária no TOC é mais forte na área rural, fortemente amparada e vinculada aos principais movimentos sociais do campo, com predominância da participação de homens, organizada em sua maioria na forma de associações e cooperativas, com forte redução da informalidade a comercialização é realizada predominantemente de forma direta, junto ao consumidor, e com atacadistas.

Entende-se que a economia solidária possibilita o avanço em questões sociais e econômicas no desenvolvimento regional. Além disso, demonstra a possibilidade de buscar espaços na área rural e urbana de autogestão, trabalho justo, valorização humana, comércio junto, consumo consciente, participação e solidariedade. Torna-se importante identificar e compreender as características desses empreendimentos de economia solidária para pensar na formulação de políticas públicas que auxiliem e promovam o desenvolvimento territorial.

REFERENCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: 2003.



CAVALCANTI, Clóvis. Breve Introdução à Economia da Sustentabilidade. In CAVALCANTI, Clóvis (org.), **Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**. Recife: 1998.

ARNS, C. E. **A Cooperação na Agricultura Familiar no Território Alto Uruguai Catarinense (SC) Brasil**. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Universidade de Santa Cruz do Sul, Unisc, Santa Cruz do Sul, 2010.

BENINI, Édi A.; FARIA, Maurício Sardá de; NOVAES, Henrique T.; DAGNINI, Renato. **Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de Economia Solidária**. São Paulo, outras expressões, 2012.

CAVALCANTI, Clóvis. Breve Introdução à Economia da Sustentabilidade. In CAVALCANTI, Clóvis (org.), **Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**. Recife: 1998.

CEPAL-GTZ. Desarrollo económico y descentralización: aproximación a un marco conceptual. In: CEPAL-GTZ. **Desarrollo económico local y descentralización en América Latina**. Santiago do Chile: 2000.

DELGADO, María del Mar y RODRÍGUEZ, Adrián. La política de desarrollo rural de la Unión Europea Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura Desarrollo Rural N°1 2005.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro**. Campinas: IE/Unicamp, 1999.

GUANZIROLLI, Carlos Enrique. **Experiências de desenvolvimento territorial rural no Brasil**. In: TEXTOS PARA DISCUSSÃO UFF/ECONOMIA. 2005. Disponível em http://www.uff.br/econ/download/tds/UFF_TD188.pdf

GUANZIROLI, Carlos E. PRONAF DEZ ANOS DEPOIS: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. RER, Rio de Janeiro, vol. 45, nº 02, p. 301-328, abr/jun 2007 – Impressa em abril 2007.

LEITE, Sergio. Impactos Regionais da Reforma Agrária no Brasil: aspectos políticos, econômicos e sociais. In: **Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: MDA NEAD, 2000.

MALUF, Renato S. Políticas agrícolas e de desenvolvimento rural e a segurança alimentar. In: LEITE, Sergio (org.). *Políticas públicas e agricultura no Brasil*. Porto Alegre, Editora da Universidade, UFRGS, 2001, p.145-168.

MATTEI, L. **PRONAF 10 anos: mapa da produção acadêmica**. Brasília: NEAD, 2006.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais. Documentos Institucionais, 2. Brasília: MDA, 2005a. 28 p.

_____. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável. Documentos de Apoio, 2. Brasília: MDA, 2005b. 62 p.

_____. Referências para a Gestão Social de Territórios Rurais. Documentos Institucionais, 3. Brasília: MDA, 2005c. 31 p.

_____. **Plano Safra Territorial: Água Emendadas**. Brasília: FCR, 2006.

_____. **Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável para o Brasil**. Brasília: MDA/SDT, 2005.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR. Institucionalidades para a Gestão Social do Desenvolvimento Rural Sustentável. Documentos do Condraf, 1. Brasília: MDA, 2005a. 78 p.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. Revista Estudos Avançados, São Paulo, USP, Vol. 16, nº 44, 2001.

PERICO, Rafael E. e RIBEIRO, Maria Pilar. **Ruralidade, territorialidade e desenvolvimento sustentável**. Brasília: IICA, 2005.

SCHNEIDER, Sergio Desenvolvimento rural regional e articulações extra regionais. In: **Anais do Fórum Internacional Território, Desenvolvimento Rural e Democracia**. Fortaleza: 2003.

SILVA, Sandro. A Abordagem territorial no Planejamento de Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural: caso do Plano Safra Territorial em águas emendadas. (versão Versão preliminar). Brasília, 2007.

SINGER, Paul. Desenvolvimento às comunidades pobres. **Revista teoria e debate**, n.º 59, agosto/setembro, 2004.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: 2002.

VEIGA, José Eli da. O Brocardo do desenvolvimento rural. **Revista Valor Econômico**. Edição n.1166, 2004.

WANDERLEY, M. O “Lugar” dos Rurais: O meio rural no Brasil Moderno. **Resumo dos Anais do XXXV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. NATAL: de 1997.



WEIGAND Jr, Ronaldo et. al. Experiências brasileiras de desenvolvimento territorial rural sustentável. In: **Anais do Fórum Internacional Território, Desenvolvimento Rural e Democracia**. Fortaleza: 2003.

ZAMBERLAN, Jurandir; FRONCHETI, Alceu. : preservação do pequeno agricultor e o meio ambiente. Petrópolis: Vozes, 2001.